

TURISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO RELUTANTE

Tourism and Solidarity Economy: A Reluctant Convergence

BRUNA RANÇÃO CONTI¹, DIOGO DE CARVALHO ANTUNES²

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p106>

RESUMO³

Este artigo buscou investigar as convergências entre as discussões teóricas e as políticas públicas federais relacionadas à Economia Solidária [ECOSOL] e ao Turismo de Base Comunitária [TBC] no Brasil, tendo em vista a hipótese de que, a despeito das semelhanças conceituais, não há uma atuação conjunta dos movimentos em seus processos de fortalecimento, o que se reflete no distanciamento entre suas políticas públicas. Para tanto, a metodologia do trabalho envolveu revisão bibliográfica e análise de documentos de políticas públicas. Apesar dos contextos de surgimento dos movimentos serem semelhantes, assim como seus princípios, é importante destacar que enquanto a ECOSOL se consolidou como movimento social, instituindo arenas de representação e mobilizando uma estrutura de políticas públicas permanente junto ao governo federal, o movimento de TBC ainda encontra dificuldades em manter uma estrutura semelhante e contou apenas com ações pontuais de políticas públicas. É possível observar, ainda, que a política da ECOSOL não incorporou o TBC como relevante em suas bases.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo de Base Comunitária. Economia Solidária. Políticas Públicas. Movimento Social.

106

ABSTRACT

This article aims to investigate the convergences between the Solidarity Economy (ECOSOL) and Community-Based Tourism [TBC], based on theoretical discussions and federal policies related to these movements in Brazil. The hypothesis is that, despite the conceptual similarities, there is no joint action of the movements in their strengthening processes, which is reflected in the distance between the policies supporting both fields. The methodology involved the bibliographic review on the subjects and the analysis of policy documents.

¹ **Bruna Ranção Conti** – Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5130616222632742>. E-mail: bruna.conti@unirio.br

² **Diogo de Carvalho Antunes** – Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1349805504551231>. E-mail: diogocantunes@gmail.com

³ **Processo Editorial** – Recebido: 5 SET 18, Avaliado: OUT DEZ 18. Aceito: 24 MAI 19

Although the contexts of emergence of the movements are similar, as well as their guiding principles, it is important to note that while ECOSOL has consolidated itself as a social movement, establishing its own arenas of representation and mobilizing a structure of policies at the federal government, the TBC movement still finds it difficult to keep such structure and has obtained only isolated policies. It is also possible to observe that the policy of ECOSOL did not embed the TBC as a relevant in its bases.

KEYWORDS

Community-Based Tourism. Solidarity Economy. Public Policy. Social Movement.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo tende a provocar a exclusão de uma parcela da população dos ganhos de produtividade e o surgimento de tensões provocadas pelas inserções desiguais dos cidadãos na economia. Isso porque aqueles que possuem as ferramentas necessárias para a obtenção de um nível de renda mais elevado [capital produtivo, financeiro, social ou intelectual], possuem melhores condições de reprodução dos seus ganhos, enquanto aqueles que não dispõem dessas ferramentas encontram maiores dificuldades em aumentar seus capitais. Diante disso, emergem formas de organização das atividades econômicas que buscam reverter esta lógica, promovendo uma economia baseada mais na cooperação e menos na competição. A economia solidária e o turismo de base comunitáriaⁱ são propostas que caminham neste sentido.

A economia solidária [ECOSOL] é um modo de organização das atividades econômicas na qual predominam as soluções coletivas para a produção, comercialização, financiamento e consumo de produtos e serviços. Nos empreendimentos solidários, os próprios trabalhadores são responsáveis pela gestão do seu trabalho; os meios de produção e os resultados financeiros são compartilhados e predominam mecanismos democráticos para a tomada de decisões. Essa forma de organização da economia é também um movimento social, no qual se expressa a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a ênfase em gerar benefícios para a comunidade em que tais empreendimentos se inseremⁱⁱ.

Por sua vez, o turismo de base comunitária [TBC] é uma forma de organização do turismo que propõe o protagonismo da população local na gestão dessa atividade econômica, por meio de mecanismos de autogestão, da manutenção da propriedade do território e da democratização de oportunidades e benefícios. O TBC também vem se organizando nacionalmente como um movimento, ainda incipiente, que entende o turismo como fenômeno social, buscando ir além dos resultados econômicos e incorporar a valorização dos saberes tradicionais e da cultura

local, o fortalecimento das relações sociais, a melhoria da qualidade de vida dos agentes envolvidos no processo e a conservação dos recursos naturaisⁱⁱⁱ.

Fica evidente, ao se comparar estas duas definições, a convergência das propostas da economia solidária e do turismo de base comunitária. Contudo, a hipótese deste artigo é de que não há, no campo das políticas públicas e no campo dos movimentos sociais que se organizam em torno dessas temáticas, uma atuação conjunta. Diante desse cenário, o objetivo geral deste artigo é o de contribuir para a aproximação entre a economia solidária e o turismo de base comunitária, do ponto de vista teórico e das políticas públicas. Os objetivos específicos compreendem: (1) Demonstrar as confluências entre os princípios da economia solidária e do turismo de base comunitária e dos processos de formação de seus movimentos sociais; (2) Analisar as políticas públicas de fortalecimento a essas duas propostas em busca das interfaces entre elas.

Para tanto, a metodologia do trabalho envolveu, em um primeiro momento, a revisão bibliográfica e documental de publicações sobre os temas do TBC e da ECOSOL que apresentam os processos históricos de consolidação desses movimentos sociais, suas instâncias de representação e articulação, bem como os princípios subjacentes a esses movimentos e as conexões estabelecidas e potenciais entre eles. Vale destacar, portanto, que não foi objeto deste artigo apresentar o estado da arte das discussões teóricas sobre os temas em questão, mas sim focar nas publicações que evidenciem o desenrolar das trajetórias dos movimentos e suas inserções no campo das políticas brasileiras.

Na sequência, foram analisados documentos de políticas públicas, tais como editais, documentos norteadores e documentos avaliativos de projetos e programas implementados pelos órgãos federais responsáveis por esses temas: a então Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho [SENAES] e o Ministério do Turismo [MTur]. Esta etapa metodológica buscou entender se as aproximações teóricas entre os princípios e a relação entre os movimentos sociais se refletem em uma atuação simbiótica no campo das políticas públicas.

A estrutura deste artigo segue o processo metodológico descrito anteriormente, contendo três seções, além desta introdução. Na seção a seguir, serão discutidos os contextos de surgimento e consolidação dos movimentos da ECOSOL e do TBC, além das confluências entre os princípios norteadores de ambos. Na sequência, são apresentadas e discutidas as políticas públicas federais voltadas às temáticas, examinadas a partir de documentos produzidos pelos atores

institucionais envolvidos. Para tanto, primeiro são examinados os documentos da política de economia solidária, em busca de referências ao turismo de base comunitária; e depois os documentos da política de TBC, em busca de referências à ECOSOL. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONFLUÊNCIAS ENTRE CONTEXTOS E PRINCÍPIOS

A economia solidária nasceu pouco depois da institucionalização do capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção (Singer, 2002). As primeiras organizações solidárias formais surgiram na Inglaterra, como consequência de uma grande crise econômica no início do século XIX. Essa ideia foi, aos poucos, se multiplicando, fortalecida pelo desenvolvimento do movimento sindical nos países em processo de industrialização. À época, a criação de cooperativas se tornou uma estratégia de movimentos grevistas na luta por melhores condições de trabalho e, até mesmo, na superação da condição de assalariados pela adoção do trabalho auto gestor. “Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo” (Singer, 2002, p.33).

No entanto, a partir de meados do século XX, a própria dinâmica do capitalismo permitiu que trabalhadores assalariados obtivessem um padrão de vida mais confortável, com melhores salários, acesso a bens e serviços de massa, jornadas de trabalho menores e seguridade social, o que desencadeou um processo de desarticulação dos empreendimentos solidários, que perderam força como uma alternativa de melhoria das condições de vida do trabalhador. Assim, a principal motivação para o surgimento da economia solidária perdeu relevância, tendo em vista que o domínio do capital sobre o trabalho passou a ser mais aceito, desde que os assalariados estivessem incluídos de alguma forma nos ganhos proporcionados por este modo de produção (Singer, 2002).

Todavia, as condições históricas que permitiram uma participação maior da classe trabalhadora na distribuição das riquezas produzidas, não se perpetuaram. As crises econômicas das décadas de 1970 e 1980 trouxeram novamente à tona a dinâmica da escassez, na qual os benefícios proporcionados à classe trabalhadora foram pouco a pouco revertidos sob a justificativa de uma racionalização do sistema econômico e produtivo, apontada como necessária para a continuidade do crescimento econômico. Nesse contexto, se fizeram

presentes o desemprego em massa, o enfraquecimento dos sindicatos e a migração de postos de trabalho para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram (Singer, 2002; Pochmann, 2004). Mesmo para aqueles que conseguiram manter seus empregos, as condições de bem-estar também pioraram, pois, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a redução direta e indireta dos salários se tornaram ferramentas dos empregadores diante do acirramento da competição entre os próprios trabalhadores.

É neste cenário adverso para a classe trabalhadora que a auto-organização volta a ser vista, por alguns grupos, como uma estratégia de sobrevivência e desenvolvimento. A economia solidária renasce nesse período, não só nos países industrializados, mas também em países em desenvolvimento, como o Brasil. Este renascimento ocorre apoiado pelas novas formas de organização presentes no final do século XX [como as Organizações Não Governamentais e os movimentos por direitos civis] e incorporando as novas críticas aos efeitos do capitalismo [como a degradação ambiental, o consumo exacerbado, a desintegração dos laços sociais e a geração de uma massa de excluídos do sistema] (Singer & Souza, 2000).

No contexto nacional, este renascimento é fruto também do esforço de entidades ligadas à Igreja Católica, às Universidades e aos Sindicatos. No primeiro caso, o exemplo clássico são as Comunidades Eclesiais de Base, grupos organizados sob um contexto territorial e religioso que agregavam à discussão da realidade das classes populares, a construção de alternativas de ação comunitária para enfrentamento dos problemas constatados (Bertucci & Silva, 2003). No segundo caso, alguns grupos ligados a Universidades, influenciados pela metodologia da Educação Popular, passaram a oferecer para a população do seu entorno iniciativas de formação e assistência na constituição de pequenos empreendimentos, o que resultaria posteriormente na criação das incubadoras de cooperativas populares. No último caso, alguns sindicatos apoiaram a recuperação, sob o regime de autogestão por parte dos trabalhadores, de empresas que faliram no contexto da reestruturação produtiva brasileira nos anos 1990. Por fim, é necessário ressaltar que a organização popular das décadas de 1980 e 1990 no Brasil vem associada à luta pela redemocratização, movimento condensado na Constituição de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã (SENAES, 2012; Gaiger, 2012).

Esses fatores resultaram, no contexto brasileiro, na expansão da economia solidária nos moldes de um movimento social. Esse movimento se articula no início dos anos 2000, tendo como evento-chave o I Fórum Social Mundial (2001), onde surge o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, formado por organizações e redes que se organizavam no

entorno da temática. Em 2003, este movimento viria a constituir o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, mobilização que resultou, no mesmo ano, na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no primeiro Governo Lula^{iv}.

A partir de então, o desenvolvimento da economia solidária no país agregou uma forte interlocução entre a sociedade civil organizada e a estrutura estatal criada, o que resultou em diversas políticas públicas direcionadas ao tema. Tais políticas foram viabilizadas na forma de editais temáticos para o fortalecimento de segmentos da ECOSOL, na realização de mapeamentos nacionais de empreendimentos econômicos solidários, além de três Conferências Nacionais de Economia Solidária [2006, 2010 e 2014] e o lançamento de um Plano Nacional [2015], entre outras ações.

O ressurgimento da economia solidária a partir das últimas décadas do século XX reflete, como visto anteriormente, um contexto mais amplo de crítica aos efeitos do capitalismo, tanto no questionamento à sua capacidade de promover a redução das desigualdades sociais e melhoria do bem-estar da população em geral, quanto nas constatações sobre os impactos ambientais gerados pela expansão desenfreada das atividades econômicas. Essas constatações dão origem a uma série de novas propostas de desenvolvimento em diversas áreas. No campo do turismo, uma discussão que passou a ganhar relevância diante desse contexto foi a do turismo de base comunitária. Assim, da mesma forma que as contradições do capitalismo criaram oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas baseadas na solidariedade e na autogestão, criaram também novas formas de se pensar e planejar o turismo, para além dos modos de produção dominantes.

O turismo de base comunitária surge como proposta para redução dos impactos negativos causados pelas atividades turísticas, ao mesmo tempo em que busca promover o protagonismo da população local no planejamento e na gestão do turismo. De acordo com Okazaki (2008), os primeiros pesquisadores a abordar o tema em questão defendiam a ideia de que a participação dos atores locais na promoção do turismo deveria ser o ponto central de atuação de projetos nesse sentido, uma vez que: (a) as questões locais influenciam diretamente a experiência turística; (b) a imagem do turismo está baseada nos bens comunitários, incluindo não só as pessoas mas também o ambiente natural, a infraestrutura e os aspectos culturais locais; (c) a sustentabilidade do turismo a longo prazo depende da sua capacidade em promover o desenvolvimento socioeconômico local. Nesse sentido, promover um turismo de base comunitária seria não só uma forma de distribuir de maneira mais

equitativa os resultados econômicos das atividades turísticas, mas também de promover a autogestão, na medida em que o poder sobre os meios de produção e o território é atribuído à própria população. Esse viés de organização popular faz do TBC, assim como a economia solidária, um fenômeno que mescla iniciativas de cunho econômico com características de um movimento social.

As experiências de turismo de base comunitária começaram a ser identificadas e descritas em nível internacional na década de 1990 (Okazaki, 2008). Tal contexto pode estar relacionado às mobilizações e resistências de comunidades em relação à utilização de seus territórios, o que traz a necessidade de pactuação constante de compromissos entre os diversos atores envolvidos no processo (Bartholo, 2009). De acordo com Irving (2009), foi a partir desse período que os projetos de fomento ao turismo passaram a considerar a inclusão social e o envolvimento das partes interessadas como elementos importantes. Organizações atuantes nesses projetos começaram a priorizar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, a repartição justa de benefícios com a população local e sua autonomia nos processos de decisão.

No Brasil, algumas iniciativas locais passaram a ser identificadas como pertencentes a este modelo no final dos anos 1990 (Irving, 2009). O Encontro Nacional de Turismo de Base Local, realizado pela primeira vez em 1997, foi o primeiro evento nacional a se dedicar ao tema, fomentando o desenvolvimento de estudos relacionados ao TBC. Já no início dos anos 2000, as iniciativas brasileiras de turismo de base comunitária começaram a esboçar a construção de um movimento social organizado, culminando na criação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL), em 2003. Este movimento foi estimulado por um programa de cooperação internacional da Embaixada da França no Brasil, que investiu no tema da economia solidária e, nesse contexto, reuniu atores para a discussão e o fortalecimento do turismo solidário no país. Sete iniciativas brasileiras de turismo comunitário que participaram deste programa formaram então a Rede Turisol [Projeto Bagagem; Acolhida na Colônia; Rede Tucum; Casa Grande; Saúde e Alegria; Mamirauá e Silves]^v. Entretanto, nos seus primeiros anos, esta rede se restringiu ao diálogo entre as organizações participantes, não realizando projetos comuns nem atuando como um movimento social capaz de estabelecer uma agenda de políticas públicas para o TBC.

Foi apenas em 2007, com o apoio da ONG Ashoka Empreendedores Sociais, que representantes de alguns dos projetos participantes da Rede Turisol realizaram um encontro

para promover a consolidação da rede. No mesmo ano, o turismo de base comunitária passou a ser objeto de atenção do Ministério do Turismo. Durante o 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, pesquisadores do Instituto Virtual do Turismo do Rio de Janeiro propuseram uma reunião sobre o tema, articulando técnicos do Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e representantes de iniciativas de TBC. Essa mobilização gerou dois importantes resultados para o movimento de TBC no país. Um deles foi o lançamento do Edital MTur 001/2008, o primeiro do Ministério voltado ao tema. Outro resultado, derivado do primeiro, foi o financiamento de um projeto da Associação Projeto Bagagem para “coordenar a estratégia de Fortalecimento e Expansão da Rede Turisol” (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 376). Este projeto permitiu ainda a realização do I Encontro da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.

Apesar destes esforços, tanto a incipiente política pública para o TBC quanto a própria Rede Turisol sofreram problemas de continuidade nos anos seguintes. O Ministério do Turismo não lançou novos editais para a temática, o que acabou por enfraquecer a mobilização gerada em torno da Rede. Além disso, nem todos os projetos aprovados no edital de 2008 foram contemplados com recursos e, dos que foram contemplados, alguns não conseguiram cumprir os requisitos burocráticos para sua execução (Silva, Falcão, Gomez & Pereira, 2016).^{vi} Apenas em 2014 a Rede Turisol voltou a se articular, a partir de eventos e iniciativas de algumas organizações participantes, apoiadas por pesquisadores do tema. Essa articulação culminou na realização do II Encontro da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário, em 2015.

Vale destacar que entre os anos de 2016 e 2018, a crise política e econômica que atingiu o Brasil provocou uma mudança de contexto que impactou de diversas formas os movimentos sociais no país. Se antes a pauta que mobilizava estes movimentos era a busca por políticas públicas que atendessem às suas necessidades, o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef e a ascensão de um projeto de governo de caráter marcadamente conservador e antipopular trouxeram a necessidade de posicionamentos mais amplos. Tal mudança de contexto se reflete, por exemplo, na mobilização constatada durante o Fórum Social Mundial 2018, em Salvador, Bahia. As atividades realizadas por diversos movimentos sociais, apesar de trazerem temáticas específicas, como a ECOSOL e o TBC, tinham como eixo transversal do debate a resistência diante de um processo de retirada de direitos sociais e de enfraquecimento da democracia. Vale ressaltar a frase escolhida como lema do fórum: “Resistir é Criar, Resistir é Transformar”^{vii}.

A apresentação deste breve contexto sobre os movimentos da economia solidária e do turismo de base comunitária evidencia as confluências entre eles. No Brasil, ambos os movimentos constroem suas organizações representativas no início dos anos 2000, tendo como motivação comum a construção de alternativas para o enfrentamento aos efeitos adversos do acirramento do capitalismo, principalmente a competição desenfreada, a organização alienada do trabalho, as dificuldades de inserção na economia formal e os impactos negativos sobre a base de recursos naturais. No momento atual, os movimentos enfrentam novamente um cenário adverso, o que traz ainda mais a necessidade de aproximação para o fortalecimento mútuo.

Na seção a seguir, serão discutidos os princípios adotados pelos movimentos estudados, a fim de se demonstrar que não apenas o contexto que influencia sua dinâmica é similar, mas também as ideias apresentadas em resposta a esse contexto.

PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Para análise comparativa dos princípios que guiam os movimentos da economia solidária e do turismo de base comunitária no Brasil, buscou-se identificar tais princípios em documentos-síntese das discussões empreendidas pelos movimentos, ao longo dos seus processos de consolidação, e em documentos de políticas públicas da SENAES e do MTur.

No movimento da economia solidária, esses documentos-síntese são resultantes das plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e das Conferências Nacionais de Economia Solidária. As plenárias são eventos convocados e organizados pelo próprio movimento, em que se reúnem representantes das organizações participantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária [FBES], para produzir consensos sobre a sua organização, suas práticas e suas demandas. Já as conferências nacionais são eventos convocados pelo Governo Federal, por atuação conjunta da Senaes e do Conselho Nacional de Economia Solidária, para reunir representantes dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores governamentais com a finalidade de produzir diretrizes e deliberações que orientem a política pública de ECOSOL.

Realizar uma consolidação dos princípios da economia solidária com base nos documentos resultantes das plenárias e conferências não é uma tarefa simples, posto que esses eventos agregam contribuições de milhares de participantes, gerando uma caracterização que representa toda a diversidade que compõe este movimento. Por isso, optou-se aqui, para fins

de sistematização, pela busca de elementos comuns nos diversos documentos pesquisados, partindo-se de uma definição concisa expressa na cartilha intitulada “Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece” (CONIC & FBES, 2010).

A partir dos documentos utilizados, os princípios da economia solidária podem ser consolidados em quatro eixos, apresentados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Princípios ECOSOL

Cooperação: pressupõe a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a justa distribuição dos resultados alcançados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus.
Autogestão: compreende um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento.
Solidariedade e Sustentabilidade: Está expressa na forma como os participantes da ECOSOL se relacionam com a sociedade, com a produção, com o consumo e com o ambiente natural, estabelecendo compromissos com as comunidades locais, colocando o bem viver como objetivo das organizações, buscando o bem-estar dos trabalhadores e consumidores, o comércio justo e solidário e o desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional.
Ação econômica: compreende a agregação de esforços e recursos para produção, beneficiamento, crédito, comercialização ou consumo, visando a viabilidade econômica dos empreendimentos associada aos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Fonte: Elaboração própria a partir dos documentos Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece (CONIC & FBES, 2010), Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2008), Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2013) e I Plano Nacional de Economia Solidária (CNES, 2015).

Com relação ao movimento de TBC, conforme previamente discutido na seção anterior deste artigo, é importante notar que sua organização é recente e não conta ainda com estruturas de representação [fórum e conselho nacionais] que possam promover uma ampla discussão em torno do tema. Nesse sentido, a única sistematização encontrada acerca dos princípios do TBC está divulgada no site da Associação Projeto Bagagem, responsável pela gestão da Rede Turisol, onde estão elencados onze princípios definidos pelas organizações que compõem a rede. Além disso, foi utilizado o documento ‘Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública’ (MTur, 2010), elaborado pelo Ministério do Turismo para fomentar a discussão sobre desafios e potencialidades do TBC no Brasil.

A partir da análise dos documentos utilizados, propõe-se a seguir uma síntese dos princípios do turismo de base comunitária.

Quadro 2 - Princípios TBC

Autogestão e protagonismo das comunidades locais na gestão do turismo e/ou na oferta de bens e serviços turísticos: a comunidade busca a propriedade e o controle sobre o território e sobre os empreendimentos turísticos, de modo que se aproprie dos benefícios advindos do desenvolvimento do turismo.
Associativismo e Cooperativismo: busca-se a viabilidade do turismo por meio de uma base associativa, privilegiando o estabelecimento de parcerias entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base comunitária e a construção de redes para a gestão do turismo.
Democratização de oportunidades e benefícios: reflete a busca por uma distribuição justa e transparente da renda gerada pelo turismo na localidade. Além disso, o turismo deve ser um instrumento de redução das desigualdades.
Centralidade da colaboração, parceria e participação: a relação entre a comunidade e o turista se baseia na parceria e na troca de experiências, para além de uma relação meramente comercial.
Valorização da cultura local: o turismo deve funcionar como meio de afirmação do modo de vida da comunidade, da sua forma de organização e de suas tradições culturais, sendo uma atividade complementar a outras previamente existentes.
Sustentabilidade ambiental: o turismo deve respeitar as normas de conservação ambiental e gerar o menor impacto possível ao ambiente natural, contribuindo com os projetos de manejo sustentável de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, utilização de energias renováveis, educação ambiental e destinação de resíduos sólidos.

Fonte: Elaboração própria a partir do documento 'Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública' (MTur, 2010) e do website do Projeto Bagagem (2010).

O simples cotejamento entre os princípios elencados para a Ecosol e o TBC permite constatar a semelhança entre eles. A cooperação é um dos elementos que mais aproxima os dois campos, uma vez que a existência de interesses comuns, o estabelecimento de parcerias, o trabalho em conjunto e a força do coletivo estão presentes nas bases de ambos os movimentos. Tanto no princípio 'cooperação' quanto no princípio 'associativismo e cooperativismo' fica evidente a centralidade do trabalho em conjunto para o alcance de objetivos comuns. Associada a este elemento, está também uma preocupação com a justa repartição dos resultados econômicos das atividades realizadas em conjunto, refletindo uma visão de desenvolvimento que não seja perpetuadora das desigualdades existentes.

A solidariedade e a sustentabilidade também demonstram a convergência entre os dois movimentos. O eixo que na economia solidária está definido por 'solidariedade e sustentabilidade' abrange diversos aspectos relacionados ao que o turismo de base comunitária apresenta em dois dos seus princípios. No princípio da 'centralidade da colaboração, parceria e participação' evidencia-se uma relação de solidariedade entre a

população local e os turistas, que se aproxima ao que a economia solidária define como o bem-estar de trabalhadores e consumidores e o comércio justo e solidário.

Dessa forma, as relações estabelecidas entre os diferentes agentes que se encontram no contexto da ECOSOL e do TBC devem ser guiadas pela reciprocidade, enfatizando a troca de experiências e a geração de benefícios econômicos e sociais para todos os envolvidos. Já no princípio da 'sustentabilidade ambiental' do turismo de base comunitária, fica evidente a preocupação com a conservação dos recursos naturais e com um desenvolvimento sustentável, também presentes no eixo correspondente da economia solidária.

A ação econômica submetida ao contexto social é um terceiro elemento que liga os dois campos. Ambos constroem suas bases a partir de uma lógica alternativa de organização das atividades econômicas, a qual pressupõe que a viabilidade econômica dessas atividades não pode se realizar em detrimento dos modos de vida locais e do bem-estar das pessoas que atuam na sua realização.

A autogestão poderia também ser identificada como o quarto elemento de ligação entre ECOSOL e TBC. No entanto, ao se analisar o que os dois campos definem como autogestão, percebe-se uma diferença significativa nos sujeitos compreendidos por esta forma de gestão em cada um deles. Se na economia solidária a autogestão tem como foco primário os trabalhadores articulados dentro de um empreendimento, no turismo de base comunitária a autogestão costuma ser relacionada à organização comunitária das atividades turísticas, conforme evidenciado nos princípios transcritos a seguir:

Autogestão: compreende um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento - Princípio da ECOSOL.

Autogestão e protagonismo das comunidades locais na gestão do turismo e/ou na oferta de bens e serviços turísticos: a comunidade busca a propriedade e o controle sobre o território e sobre os empreendimentos turísticos, de modo que se aproprie dos benefícios advindos do desenvolvimento do turismo - Princípio do TBC.

Constata-se assim que o sujeito que realiza a autogestão na ECOSOL é, em primeiro lugar, o trabalhador, enquanto no turismo de base comunitária, esse sujeito é a comunidade. Para a economia solidária, é fundamental que o trabalho dentro dos empreendimentos seja organizado por mecanismos democráticos e emancipatórios, como a eleição de dirigentes, a

realização de assembleias e a relação de igualdade entre os trabalhadores, negando uma relação patrão-empregado. Tais aspectos não costumam ser enfatizados na discussão do turismo de base comunitária, que prioriza a autogestão do território. Dessa forma, é possível que no TBC a comunidade seja proprietária dos empreendimentos turísticos e responsável pela gestão da atividade no território, mesmo que esses empreendimentos apresentem uma gestão convencional e hierárquica do trabalho.

Essa diferença pode ser apontada como um elemento que contribui para distanciar os dois movimentos estudados, apesar de todos os outros princípios que os aproximam. Isso porque a autogestão no nível do empreendimento é o ponto de partida do movimento da economia solidária, como pode ser observado, por exemplo, no Documento Final da I Conferência Nacional de Economia Solidária, na seção em que estão expressos os fundamentos do movimento:

As iniciativas de Economia Solidária têm em comum a igualdade de direitos, de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho (SENAES, 2006, p. 2).

Por outro lado, no mesmo documento, o movimento admite ser composto também por “pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado (cada qual em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos” (SENAES, 2006, p. 2), quando estes se organizam coletivamente. É por meio deste caminho que o turismo de base comunitária poderia se fazer mais presente no movimento da economia solidária.

A fim de entender se, para além da proximidade entre os princípios do TBC e da ECOSOL existe uma articulação entre esses dois movimentos no campo das políticas públicas, serão analisados a seguir documentos de políticas realizadas em âmbito federal nas duas temáticas nos últimos anos.

INTEGRAÇÃO ENTRE TBC E ECOSOL NOS DOCUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A inserção das reivindicações de um movimento social na agenda de políticas públicas é uma forma de reconhecimento de sua importância por parte do Estado. O movimento da economia solidária, organizado nacionalmente desde 2001, conseguiu a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, inserida na estrutura institucional do então Ministério do

Trabalho^{viii}. Desde então, a Secretaria desenvolveu políticas públicas voltadas para a temática, que podem ser observadas a partir de documentos produzidos no âmbito dessas políticas. Já com relação ao turismo de base comunitária, não houve a criação de uma estrutura governamental específica para o tema, porém o Ministério do Turismo produziu algumas iniciativas de política pública de fomento ao TBC.

Os documentos que evidenciam políticas públicas de economia solidária aqui analisados são os anais da I e da II Conferência Nacional de Economia Solidária, o Plano Nacional de Economia Solidária [resultante da III Conferência Nacional] e o livro *Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010*, que apresenta uma síntese das políticas de ECOSOL implementadas no período (SENAES, 2012).

Por sua vez, no campo do turismo de base comunitária, são analisados os livros *Economia Solidária e Turismo: uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na Região Nordeste do Brasil* (Ramiro, 2009) e *Turismo Sustentável: Projeto de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Serra da Capivara e Jericoacoara* (Sawyer, Tasso & Assad, 2010). Estes livros apresentam experiências apoiadas pelo Ministério do Turismo baseadas nos conceitos do turismo de base comunitária e da economia solidária. Além disso, foram analisados o Edital MTur 001/2008, lançado pelo Ministério do Turismo para fomento ao TBC; o livro *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009), no qual é apresentada uma descrição dos projetos apoiados pelo edital; e a publicação do MTur (2010), *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*.

Vale ressaltar que a análise desses documentos foi realizada com o intuito de observar a inserção do tema do turismo de base comunitária nos documentos de políticas públicas da economia solidária, e vice-versa. Portanto, não será realizada aqui uma análise extensiva do conteúdo desses documentos, mas apenas dos trechos em que se observam pontos de conexão entre os temas em questão.

O turismo de base comunitária nos documentos de políticas públicas da economia solidária -

As conferências nacionais de economia solidária, realizadas em 2006, 2010 e 2014, foram eventos organizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a orientação do Conselho Nacional de Economia Solidária, nos quais se reuniram representantes de diversos segmentos da ECOSOL, vindos de todas as regiões do país, para discutir e apresentar propostas

na área. Os anais da I Conferência não fazem menção ao termo 'turismo de base comunitária', nem ao turismo em geral como atividade observada nas experiências de economia solidária. Há um trecho em que são destacadas as diversas manifestações da economia solidária, apresentado a seguir:

As manifestações da Economia Solidária são diversas, dentre as quais destacam-se: coletivos informais, associações; (...) centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas, etc.); cooperativas habitacionais auto gerenciadas; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural (...) (SENAES, 2006, p. 3).

Embora não se mencione no documento o turismo como manifestação da economia solidária, é possível perceber que vários dos grupos descritos são também protagonistas das experiências de TBC em curso no país, com destaque para quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares e grupos culturais.

A II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2010, menciona no seu documento final, o turismo entre as políticas sociais que poderiam se articular com a política nacional de economia solidária, incorporando ações de fomento nesta área (CNES, 2010). Apesar de não haver menção ao turismo de base comunitária e de o tema do turismo ser tratado apenas neste item, a própria menção ao setor pode ser uma sinalização de que o movimento da economia solidária passou a considerá-lo como uma via de expansão. Vale destacar ainda que isso ocorre após o Ministério do Turismo inserir o turismo de base comunitária em sua agenda, associando-o aos princípios da economia solidária, como será discutido posteriormente nesta seção.

Como resultado da III Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2014, foi lançado o I Plano Nacional de Economia Solidária. O plano é um instrumento de orientação da política pública, no qual são apontados objetivos, estratégias e linhas de ação para sua implementação. Nesse documento, o turismo aparece ainda de forma pontual, mas já com uma proposta específica para o seu desenvolvimento no contexto das políticas de economia solidária, como demonstrado a seguir:

Implementação de um programa de turismo solidário, envolvendo os empreendimentos solidários, utilizando o potencial turístico local e incluindo os povos e comunidades tradicionais que são referidos nas diretrizes, programa que deverá ser acompanhado de campanha permanente de prevenção à degradação ambiental, combate ao tráfico de drogas e pessoas, e à exploração sexual. (CNES, 2015, p. 22).

Vale destacar que a expressão ‘turismo solidário’, nesse contexto, se correlaciona com o turismo de base comunitária, e aparece na seção que estabelece as prioridades temáticas das políticas de ECOSOL. Esta seção está dividida em quatro eixos, que por sua vez se dividem em objetivos, diretrizes e linhas de ação. O turismo solidário é apresentado no Eixo 1 - Produção, Comercialização e Consumo Solidários, especificamente como parte da linha de ação ‘Desenvolvimento das Capacidades Produtivas’.

As conferências nacionais de economia solidária foram produtos de uma interlocução entre o governo e o movimento social da economia solidária, entre outros atores. Seus documentos refletem um conjunto de orientações para as políticas públicas. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, por sua vez, produziu um conjunto de políticas, baseadas nestas orientações. O documento Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010 apresenta uma síntese das políticas implementadas pela SENAES nos seus oito anos iniciais, exclusivamente ou em parceria com outros órgãos governamentais.

A partir da análise deste documento, constata-se que o tema do turismo, geralmente identificado pelo termo ‘turismo solidário’, aparece entre as ações de promoção da economia solidária, embora não tenha havido nenhuma política da secretaria voltada diretamente ao tema. No período abordado pela publicação, o turismo solidário foi contemplado nas seguintes ações de ECOSOL: (1) Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária [PPDLES]; (2) Articulações intergovernamentais.

O PPDLES foi um projeto voltado à promoção do desenvolvimento local em comunidades e segmentos historicamente excluídos, estimulando a geração de trabalho e renda em empreendimentos econômicos solidários por meio da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário, selecionados dentre os membros dessas comunidades e segmentos. As áreas de atuação dos agentes foram escolhidas de acordo com as demandas das comunidades e também por meio de demandas governamentais. De acordo com o documento, o turismo aparece como um dos segmentos atendidos pelo PPDLES, com a participação de 2% dos 252 agentes inicialmente envolvidos (SENAES, 2012). A publicação não apresenta maiores detalhes sobre como se deu esta atuação nem sobre os empreendimentos apoiados em cada segmento.

Outra forma de inclusão do turismo nas políticas públicas de economia solidária relatadas no documento Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo

Federal - 2003/2010 se deu por meio das articulações entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Ministério do Turismo, o que resultou na inclusão deste ministério no comitê gestor do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e, posteriormente, na articulação entre os órgãos para o lançamento de um projeto, pelo MTur, de fomento à incubação de empreendimentos turísticos solidários, o qual será abordado a seguir.

A economia solidária nos documentos de políticas públicas de turismo de base comunitária -

No âmbito das políticas públicas de turismo, o tema da economia solidária é abordado, inicialmente, no contexto de um acordo de cooperação entre o Ministério do Turismo e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), a partir de 2004. Esta cooperação tinha por objetivo a promoção da inclusão social com geração de trabalho e renda na cadeia produtiva do turismo (Ramiro, 2009).

Para tanto, desenvolveu-se um projeto piloto com o estabelecimento de uma parceria entre o Mtur e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Projeto de Replicação de Tecnologia Social de Incubação de Cooperativas Populares e Organização Comunitária em Áreas Priorizadas de Baixo IDH, com Potencial Turístico, realizado entre os anos de 2006 e 2008. Este projeto foi executado nas regiões dos Lençóis Maranhenses, da Serra da Capivara e de Jericoacoara, com a criação de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários de turismo nessas localidades (Ramiro, 2009).

Ainda no contexto da cooperação entre o Mtur e a AECID, foi firmado em 2007, um convênio com o Instituto Ambiental Brasil Sustentável, para execução de uma série de ações voltadas ao desenvolvimento local por meio de atividades turísticas sustentáveis. Uma destas ações foi o fortalecimento da incubação de cooperativas nas áreas apoiadas pelo projeto da ITCP/UFRJ, além da incubação de cooperativas na região do Delta do Parnaíba. Vale destacar que o projeto buscou a promoção do turismo sustentável tendo como base o modelo do turismo de base comunitária, evidenciando ainda que este modelo teria como “ferramenta essencial os pressupostos da economia solidária” (Sawyer, Tasso & Assad, 2010, p. 15).

Os projetos relatados contribuíram para que o TBC passasse a fazer parte da agenda de políticas públicas para o turismo no Brasil. É nesse cenário que, no ano de 2008, é lançado o Edital MTur nº 001/2008, primeira ação específica do órgão direcionada ao fomento das experiências de TBC. Este edital teve por objeto: “Selecionar projetos de fomento a iniciativas

de turismo de base comunitária e que promovam a inserção destas na economia de mercado, com base nos princípios de economia solidária” (MTur, 2008, p.1). Tal objeto reforça uma perspectiva de integração entre as temáticas do TBC e da ECOSOL, o que fica mais evidente ao se considerar os elementos apresentados na justificativa do edital, que retrata o TBC como um modelo alternativo de desenvolvimento do turismo baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos da atividade turística.

Na parte em que o edital relaciona as linhas temáticas nas quais as propostas deveriam se enquadrar, este apresenta uma linha específica de “apoio às ações de fomento às práticas de economia solidária” (MTur, 2008, p.3), voltada à formação de empreendimentos econômicos solidários da cadeia produtiva do turismo. Esta linha é descrita como transversal às demais linhas, que também fazem menção à economia solidária, ao cooperativismo e ao associativismo.

A existência de diversas menções à ECOSOL e seus princípios neste edital permite afirmar que já havia um reconhecimento por parte do principal órgão público responsável pelas políticas de turismo no país de que o desenvolvimento do turismo de base comunitária deveria estar associado à economia solidária. É necessário investigar se os projetos apoiados à época, por sua vez, fazem essa relação. O livro *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, de realização conjunta entre o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da COPPE/UFRJ e a Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas do Ministério do Turismo, apresenta, na sua segunda parte, um relato dos projetos apoiados pelo Edital 001/2008, trazendo também uma reflexão de técnicos do MTur sobre a experiência do ministério no fomento ao TBC.

A partir da análise de conteúdo das descrições dos projetos apoiados, constatou-se que das 50 experiências, são 14 as que mencionam o termo ‘economia solidária’ no título ou na descrição do projeto, o que equivale a 28% do total. Vale ressaltar que os relatos que aparecem na publicação foram feitos pelas próprias organizações executoras, refletindo o entendimento de cada uma delas sobre os princípios que norteiam essas iniciativas. Por outro lado, partindo-se para uma análise mais abrangente, considerando termos e práticas relacionadas à ECOSOL, como o cooperativismo, o associativismo, a gestão coletiva ou participativa, a autogestão e o apoio a empreendimentos econômicos solidários já existentes, são 28 as experiências que se relacionam, direta ou indiretamente, à economia solidária, o que totaliza 56% dos projetos

apoiados pelo MTur. Essa diferença entre os projetos que se identificam como de economia solidária e os projetos que possuem práticas relacionadas ao tema evidencia que muitas experiências de TBC contribuem para a economia solidária, apesar de não se posicionarem como parte desse campo.

A ligação temática entre as práticas da economia solidária e do turismo de base comunitária fica também evidente no documento *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*, lançado pelo MTur em 2010, com o objetivo de registrar e sistematizar as ações do ministério no apoio ao TBC no país, apresentando uma reflexão sobre a política pública e sobre a própria temática. Em um primeiro momento, a publicação traz algumas definições de organizações que se destacam na reflexão sobre o tema, enfatizando alguns “princípios comuns entre as diversas definições” (MTur, 2010, p.16). Os três primeiros princípios relatados estão diretamente relacionados à economia solidária, sendo estes a autogestão, o associativismo e cooperativismo e a democratização de oportunidades e benefícios. T tamanha identificação reforça uma perspectiva de aproximação entre os dois campos, o que norteou a política do MTur de apoio ao TBC, à época. No entanto, nenhuma outra ação de fomento relacionada diretamente ao turismo de base comunitária foi realizada desde então, o que enfraqueceu a consolidação dessa aproximação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou investigar as convergências entre as propostas e as políticas públicas federais relacionadas aos movimentos da economia solidária e do turismo de base comunitária no Brasil, tendo em vista a hipótese inicial de que, a despeito das semelhanças conceituais entre os campos, não há uma aproximação dos movimentos em seus processos de consolidação, o que se reflete no distanciamento entre as estruturas de representação construídas e entre as políticas públicas de fomento aos grupos e empreendimentos que os compõem.

A partir do caminho metodológico utilizado, foi possível confirmar, em parte, a hipótese levantada. Isso porque, apesar dos contextos de surgimento dos movimentos da economia solidária e do turismo de base comunitária serem semelhantes, assim como os princípios propagados por estes, os dois tiveram uma evolução bastante diferente. Enquanto o primeiro se consolidou como movimento social, instituindo arenas de representação próprias [fóruns, conselhos, conferências] e mobilizando uma estrutura de apoio e de políticas públicas

permanente junto ao governo federal, o segundo ainda encontra dificuldades em manter uma estrutura permanente de representação e articulação em nível nacional e contou apenas com ações pontuais de política pública, em âmbito federal.

No que diz respeito às políticas públicas relacionadas às temáticas, é possível observar que a política de economia solidária, notadamente a mais institucionalizada, não incorporou o TBC como um segmento relevante em suas bases e na sua prática. O que se depreende da análise dos documentos institucionais é que a Secretaria Nacional de Economia Solidária nunca teve uma ação que tivesse o TBC como segmento relevante, o que evidencia a falta de percepção para entender o turismo como uma alternativa de organização auto gestonária e geração de renda. Isso pode estar relacionado à pouca penetração do turismo de base comunitária no movimento de ECOSOL. Os documentos das três Conferências Nacionais de Economia Solidária, que expressam a posição do movimento social para orientação às políticas públicas da área, demonstram pouca presença de proposições relacionadas ao TBC, embora tenha sido constatada uma evolução nas menções ao tema. Esta falta de reconhecimento também pode ser consequência de uma baixa articulação entre os próprios atores do turismo de base comunitária no país para a construção de um movimento social capaz de buscar ativamente políticas públicas e compor com outros movimentos.

Com relação às políticas públicas de turismo de base comunitária, constatou-se que os princípios da ECOSOL são sempre apresentados como elementos a serem seguidos pelos projetos. Destacam-se várias menções à economia solidária nos documentos de políticas públicas do Ministério do Turismo, o que evidencia um reconhecimento institucional das confluências entre os campos. Entretanto, o caráter pontual dessas políticas e a sua descontinuidade dificultam que essa aproximação influencie a realidade das experiências de TBC. Na verdade, a pouca aderência do TBC na agenda de políticas públicas implementadas pelo Ministério do Turismo é também consequência de uma escolha por políticas que se posicionam a reboque da economia de mercado, fortalecendo a dinâmica da competitividade, na qual o trabalhador do turismo se insere predominantemente de maneira subordinada, o que dificulta a adoção dos princípios da economia solidária.

Vale ressaltar que a própria economia solidária se caracteriza como uma política pública marginal dentro do rol de políticas de desenvolvimento econômico e social já adotadas pelo Governo Federal no Brasil. Entretanto, um movimento social atuante e organizado conseguiu garantir pelo menos uma estrutura institucional específica que ajudou a fomentar as iniciativas

de economia solidária existentes no país, muito embora, no presente momento, esta estrutura tenha perdido *status*.

Diante disso, reafirma-se o objetivo deste artigo de contribuir para uma maior aproximação entre os movimentos de turismo de base comunitária e economia solidária em nível nacional, visto que o primeiro pode se beneficiar com a estrutura institucional ainda existente e com a organização do movimento de ECOSOL, que por sua vez tem no TBC um campo de expansão já alinhado aos seus princípios e com potencial econômico relevante.

A integração das iniciativas de TBC no movimento de economia solidária poderia até mesmo atenuar as dificuldades dessas iniciativas em acessarem recursos de editais públicos e privados, pois as entidades de apoio e fomento à ECOSOL acumularam experiência na gestão de projetos apoiados por editais. A participação nos fóruns de economia solidária proporcionaria ainda às iniciativas de TBC a sua inserção em redes de informações e troca de experiências com empreendimentos que buscam se estruturar nos princípios da autogestão, da cooperação, da solidariedade e da sustentabilidade.

Por fim, fica evidente a possibilidade de expansão da pesquisa e da extensão universitária no sentido de conhecer a dinâmica interna e impulsionar a atuação conjunta entre esses movimentos sociais, contribuindo assim para a construção de alternativas a um contexto socioeconômico que privilegia a competitividade e promove o aumento das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Bartholo, R. (2009). Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. 108-121 *In*: R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra & Imagem.
- Bertucci, A. A. & Silva, R. M. A. (Orgs.). (2003). *Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira.
- Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. (2010). *Documento Final da II Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: Ministério do Trabalho.

Conti, B.R. & Antunes, D. de C. (2020). Turismo e economia solidária: uma aproximação relutante. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 106-128, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p106>

Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. (2015). *I Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável*. Brasília: Ministério do Trabalho.

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC, Fórum Brasileiro de Economia Solidária -FBES. (2010). *Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece*. [Link](#)

Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. (2008). *IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Relatório final*. [Link](#)

Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. (2013). *V Plenária Nacional de Economia Solidária: Relatório final*. [Link](#)

Gaiger, L. I. (2012). Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, 73(1), 5-20. [Link](#)

Irving, M. A. (2009) Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyrn (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. (pp. 108-121). Rio de Janeiro: Letra & Imagem.

Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. (2006). *I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: Ministério do Trabalho.

Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. (2012). *Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010*. Brasília: Ministério do Trabalho.

Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. (2015). *Economia Solidária*. [Link](#)

Ministério do Turismo. (2008). *Edital 001/2008: Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária*. Brasília: Ministério do Turismo.

Ministério do Turismo. (2010). *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária*. Brasília: Ministério do Turismo.

Okazaki, E. (2008). A community-based tourism model: it's conception and use. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 511-529. [Link](#)

Pochmann, M. (2004). *Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites*. Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA.

Projeto Bagagem. (2010). *TURISOL: Princípios*. [Link](#)

Conti, B.R. & Antunes, D. de C. (2020). Turismo e economia solidária: uma aproximação relutante. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 106-128, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p106>

Ramiro, R. (2009). *Economia Solidária e Turismo: uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na Região Nordeste do Brasil*. Brasília: Instituto Ambiental Brasil Sustentável.

Rede Cearense de Turismo Comunitário. (n.d.). *Princípios do Turismo Comunitário*. [Link](#)

Sawyer, E. J., Tasso, J. P. F. & Assad, L. T. (2010). *Turismo Sustentável: projeto de desenvolvimento do turismo sustentável nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Serra da Capivara e Jericoacoara*. Brasília: Instituto Ambiental Brasil Sustentável.

Silva, T. N., Falcão, M. C., Gomez, C. P. & Pereira, L. C. A. (2016). Turismo de base comunitária: o agente indutor e as experiências do Ministério do Turismo (edital 001/2008). *Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*. São Paulo: FEA/USP. [Link](#)

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Singer, P. & Souza, A. R. (2000). *Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

NOTAS

ⁱ Vale ressaltar que, na literatura e nos documentos de políticas públicas, o turismo de base comunitária costuma ser ainda relacionado a outros termos, tais como “turismo comunitário”, “turismo solidário”, “turismo de base local”, entre outros. Para o exercício realizado neste artigo, esses termos serão entendidos como sinônimos.

ⁱⁱ Esta descrição está baseada no Relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2013), na definição de economia solidária adotada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (2015) e no livro *Introdução à Economia Solidária* (Singer, 2002).

ⁱⁱⁱ Esta descrição está baseada no documento *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária* (Ministério do Turismo, 2010), no livro *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009) e na definição de turismo comunitário da Rede Cearense de Turismo Comunitário (n.d.).

^{iv} Informações disponíveis: [Link](#)

^v Informações disponíveis: [Link](#)

^{vi} Esta constatação também se baseou nas informações disponíveis no site da Associação Projeto Bagagem. Informações disponível: [Link](#)

^{vii} Tal constatação é feita a partir da análise da programação e dos resultados do Fórum Social Mundial. [Link](#)

^{viii} Destaca-se que o Ministério do Trabalho foi extinto em janeiro de 2019, com a reformulação ministerial promovida. A SENAES, que já havia se transformado em uma subsecretaria dentro deste Ministério em 2017, passou a integrar a estrutura do recém-criado Ministério da Cidadania, na condição de Departamento.